

MANIFESTO EM DEFESA DA INSPEÇÃO DO TRABALHO

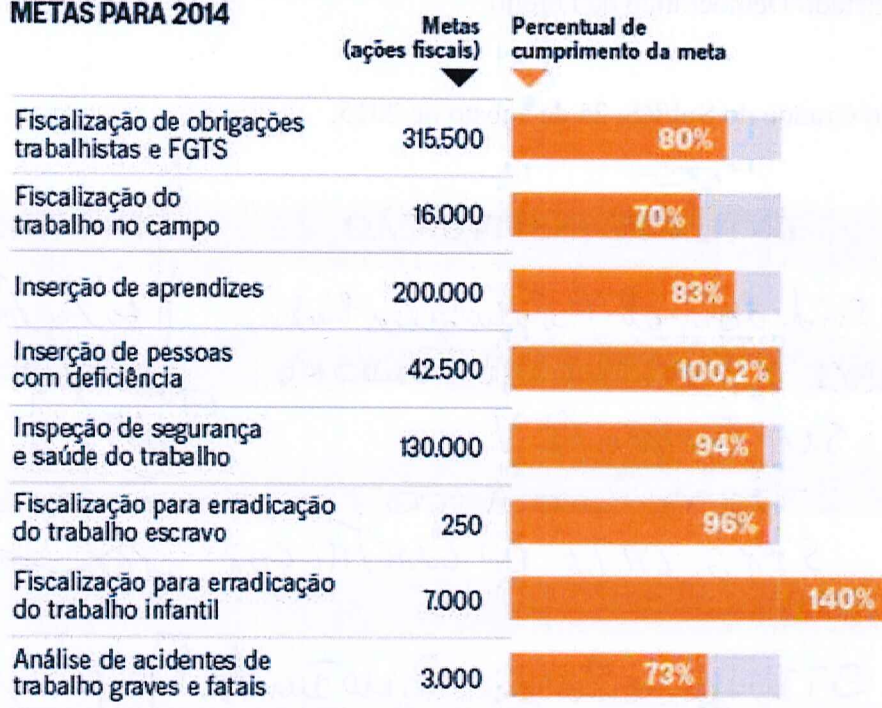
Considerando o papel relevante prestado pela Inspeção do Trabalho na implementação, evolução e proteção dos direitos sociais e, em especial, do direito do trabalho, em prol da justiça social e do bem-estar da população;

Considerando que a atuação da Inspeção do Trabalho favorece a livre iniciativa, na medida em que coíbe a concorrência desleal entre empresas e combate o dumping social;

Considerando a expressiva redução do número de Auditores Fiscais do Trabalho, atingindo o maior déficit nominal nos últimos 20 anos, a despeito do incremento substancial da atividade econômica neste mesmo período, com enorme prejuízo para a execução das atividades da Inspeção do Trabalho e para o cumprimento das metas de fiscalização;

O QUADRO DO SUCATEAMENTO

FALTAM FISCAIS PARA ATENDER ÀS METAS FIXADAS PELO PRÓPRIO MINISTÉRIO
METAS PARA 2014



SEM FISCAIS DO TRABALHO

1.034

Vagas a serem preenchidas

1.377

Auditores voltados para fiscalização de obrigações trabalhistas

7

Assistentes sociais do trabalho

236

Engenheiros de segurança do trabalho

886

Multidisciplinares

104

Médicos do trabalho

Fonte: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Fonte: Jornal O Globo – 28/06/2015

Editoria de Arte

Considerando o diminuto quadro de servidores administrativos nos órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), implicando na demora de prestação dos serviços e em desvios de função;

Considerando a precariedade das unidades do MTE, oferecendo riscos à integridade física dos servidores e dos trabalhadores que nelas buscam atendimento, algumas das quais interditadas por risco de desabamento e incêndio;

Considerando a falta de estrutura da maioria das unidades do MTE, carecendo de equipamentos básicos, como computadores, veículos e até mesmo material de expediente;

Considerando a insuficiência de custeio do MTE para as atividades de inspeção do trabalho, como diárias para viagem e indenização das despesas por uso de veículo particular, que não cobrem os gastos, demandando dos Auditores Fiscais do Trabalho a complementação dos valores com recursos próprios;

Considerando os inegáveis prejuízos para a valorização do trabalho, para a justiça social e para a ordem econômica que a situação acima exposta acarreta, bem como o sobrecarga de trabalho para outros órgãos, como a Justiça do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho,

RESOLVEM os signatários do presente **Manifesto em Defesa da Inspeção do Trabalho DENUNCIAR** o sucateamento do Ministério do Trabalho e Emprego e, em especial da Inspeção do Trabalho, e os graves prejuízos daí advindos para a sociedade e **EXIGIR** a adoção de medidas urgentes a fim de recompor a estrutura do órgão, o quantitativo de Auditores Fiscais do Trabalho e a importância da Inspeção do Trabalho como instituição voltada para a defesa dos direitos sociais.

Os signatários entendem que a manutenção de uma Inspeção do Trabalho desestruturada e carente de recursos atenta contra os direitos dos trabalhadores, prejudica as empresas comprometidas com o crescimento sustentável e não condiz com um Estado Democrático de Direito.

Rio Grande do Sul/RS, 25 de agosto de 2015.

[illegible]